


Manifestações estudantis na ETF-CSF através do periódico *O Mícron* (1964-1967)

Rodrigo Cerqueira do Nascimento Borba 

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo

O artigo apresenta e analisa representações e discursos encontrados em dez números do periódico estudantil *O Mícron* produzidos entre 1964 e 1967 pela Agremiação Estudantil Técnico-Industrial, entidade representativa dos estudantes da Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca, durante a ditadura civil-militar. Amparados por referenciais da análise do discurso (ORLANDI, 2007) e do campo da História da Educação, dentre eles Bastos (2016) e Nóvoa (1997), produzimos uma narrativa sobre o movimento estudantil no Rio de Janeiro cotejando indícios de disputas, contradições e dissensos que ajudaram a constituir as páginas do impresso. Com esse texto, também almejamos contribuir para o fortalecimento do movimento historiográfico em prol do uso da imprensa estudantil como fonte histórica.

Palavras-chave: História da Educação; Movimento estudantil; Imprensa estudantil.

Abstract

Student manifestations in the ETF-CSF through the newspaper O Mícron (1964-1967)

The article presents and analyzes some representations and discourses found in ten issues of the *O Mícron* journal produced between 1964 and 1967 by the Agremiação Estudantil Técnico-Industrial, that represented the students of the Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca, during the civil-military dictatorship. Based on references from the discourse analysis (ORLANDI, 2007) and from the field of History of Education, among them Bastos (2016) and Nóvoa (1997), we produced a narrative about the student movement in Rio de Janeiro comparing evidence of disputes, contradictions and dissents that helped to form the pages of the journal. We also aim to contribute to the strengthening of the historiographic movement in favor of the use of student press as historical sources.

Keywords: History of Education; Student movement; Student press.

Resumen

Manifestaciones estudiantiles en la ETF-CSF a través del periódico O Mícron (1964-1967)

El artículo presenta y analiza representaciones y discursos encontrados em diez números del periódico estudiantil *El Mícron* producidos entre 1964 y 1967 por la Agremiação Estudantil Técnico-Industrial, entidad representativa de los estudiantes de la Escola Técnica Federal Celso Suckow de Fonseca, durante la dictadura civil-militar. Movilizando referenciales del análisis del discurso (ORLANDI, 2007) y em el marco de la historia de la educación, entre ellos Bastos (2016) y Nóvoa (1997), producimos una narrativa sobre el movimiento estudiantil em Río de Janeiro uniendo indicios de disputas, contradicciones y conflictos que ayudaron a constituir las páginas del impresso. Con ese texto, también anhelamos contribuir al fortalecimiento del movimiento historiográfico en pro del uso de la prensa estudiantil como fuente histórica.

Palabras clave: Historia de la Educación; Movimiento estudiantil; Prensa estudiantil.

Introdução

Este artigo apresenta o recorte de uma pesquisa que se debruçou sobre os movimentos estudantis ocorridos entre os anos de 1967 e 1978 na Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (ETF-CSF). Tal instituição educacional, relevante para a História da Educação Profissional brasileira (CARDOSO, 2013), congregava estudantes com origens sociais diversas: desde aqueles oriundos de famílias humildes até filhos da classe média carioca que almejavam ingressar rapidamente no mercado de trabalho ou reconheciam a qualidade do ensino lá ministrado.

Entretanto, tamanha variedade de identidades e trajetórias estudantis era representada oficialmente por uma única entidade até o fim da década de 1960: a Agremiação Estudantil Técnico-Industrial (AETI). Criada em 1944 por Celso Suckow da Fonseca, a entidade, de acordo com Ciavatta e Silveira (2010), nasceu com o compromisso de se responsabilizar pela organização de apresentações artístico-culturais e de práticas esportivas dos estudantes da escola. Todavia, para além da parte recreativa, as autoras sinalizam que a AETI também fora incumbida de realizar a difusão de conhecimentos veiculados no ensino técnico industrial, promovendo exposições científicas e responsabilizando-se por conferências, jornais e rádio próprios sob a supervisão de professores da instituição.

Porta-voz do corpo discente da ETF-CSF, a AETI não ficou à margem do intenso movimento estudantil que sacudiu o Rio de Janeiro a partir da segunda metade da década de 1960. Da agremiação, aliás, partiram alguns quadros para a luta armada contra a ditadura civil-militar. Por isso, mobilizaremos os dez números do periódico estudantil *O Mícron* elaborados pela AETI entre 1964 e 1967 para tecermos uma narrativa sobre as lutas e disputas travadas no interior do alunado durante esses anos. Tal impresso será a fonte principal de nosso trabalho, sendo focalizado como cenário no qual poderemos indiciar debates, inclusive discursivos, em torno de manifestações mediadas pela AETI.

Representações e discursos em disputa no *O Mícron*

Fávero (2009) nos mostra que os movimentos de resistência estudantil ocorridos na América do Sul durante os regimes ditatoriais do século passado buscaram uma intensa renovação acadêmica acompanhada por amplas reformas sociais, polí-

ticas e econômicas. Contudo, não se deve superestimar a autonomia e os projetos de transformação dessas mobilizações, sendo também fundamental não ver as juventudes que os propulsionaram como simples massas de manobra a serviço de grupos políticos. Aliás, os estudantes formavam uma categoria social composta por frações de classes sociais, o que conferia um caráter eclético e muitas vezes contraditório a seus esforços (LIRA, 2010).

Indícios de disputas e rupturas no corpo estudantil mobilizado nas lutas contra o regime autoritário instaurado após o golpe que depôs João Goulart puderam ser apreendidos na análise das edições do periódico *O Mícron* produzidas pela AETI entre os anos de 1964 e 1967 e recuperadas graças ao apoio de Carlos Alvarez Maia, ex-aluno da instituição e uma das lideranças da AETI em 1967. Segundo Ciavatta e Silveira (2010), esse jornal estudantil foi criado no dia 28 de maio de 1945 por uma portaria exarada por Celso Suckow da Fonseca e, apesar da responsabilidade por sua elaboração e veiculação ter sido entregue aos alunos da escola, professores da instituição foram designados para atuarem como conselheiros, orientadores e supervisores do que era redigido.

É importante ressaltar que, para Orlandi (2007), todos nós estamos sujeitos aos equívocos e à opacidade das manifestações simbólicas da linguagem, que não são neutras por sempre se comprometerem com os sentidos e também com o político, mesmo que haja formas históricas de controle das interpretações. Não podemos, portanto, ter um olhar ingênuo para a linguagem, nem mesmo quando nos deparamos com seu uso mais corriqueiro ou quando os sentidos são “administrados” por um corpo social formado por pessoas autorizadas a interpretá-los, como os professores.

De acordo com Amaral (2002) a imprensa estudantil pode servir tanto como fonte para a pesquisa histórica quanto como objeto de investigação sobre a cultura escolar. No entanto, optamos por utilizar os números obtidos de *O Mícron* primordialmente como fonte histórica. Afinal, concordarmos com a relevância do papel que os periódicos assumem enquanto lugar de enunciação de certos discursos que buscam responder às necessidades do momento sócio-histórico local e dar a conhecer o que se passa fora dele (FERNANDES, 2010). Para situarmos melhor a trajetória do impresso que focalizamos nesse texto, trazemos no Quadro 1 informações importantes sobre as edições estudadas.

Quadro 1 – Dados editoriais de *O Mícron*.

Nº	Mês e Ano	Responsáveis	Exemplares
44	maio 1964	Diretor: Marcello Furtado; Vice-diretor: Luiz Paulo Rodrigues	1.500
45	nov. 1964	Diretor: Marcello Furtado; Vice-diretor: Luiz Paulo Rodrigues; Secretário: Paulo Sérgio da Silva	1.500
46	set./out. 1965	Diretor: Nilmar Mangorra; Vice-diretor: Antonio Bianco	2.000
47	mar. 1966	Diretor: Paulo da Rocha Mattos; Vice-diretor: Iuri Xavier; Redator chefe: Altamir Tojal	4.000
48	maio 1966	Diretor: Paulo da Rocha Mattos; Vice-diretor: Iuri Xavier; Redatores: Altamir Tojal, Uirtz Sérvulo e Di Kaos	4.000
49	jun. 1966	Diretor: Domingos Fernandes; Vice-diretor: Iuri Xavier; Redação: Altamir Tojal, Gilson Ribeiro, Paulo da Rocha e Uirtz Sérvulo	4.000
50	out. 1966	Diretor: Paulo Araripe; Redação: Domingos Pereira, Maurício Mattos, Eudes, Tânia, Mahatma e Thoreau	4.000
51	mar. 1967	Diretor: Altamir Tojal; Redação: Domingos Fernandes, Carlos Vinhais, Iuri Xavier, Anibal Sauer, Oswaldo Farias, Gilson Ribeiro, Maurício Mattos e Carlos Alvarez; Publicidade: Carlos Vinhais, Fabíola Maria Andrade, José Marcio Marques e Domingos Fernandes	5.000
52	abr. 1967	Diretor: Iuri Xavier; Redação: Altamir Tojal, Carlos Vinhais, Carlos Alvarez, Maurício Mattos, Oswaldo Farias, José Marcio Marques, Didie Moraes; Publicidade: José Marcio Marques	5.000
53	maio/jun. 1967	Diretor: Frederico Pessoa; Redação: Carlos Alvarez; José Marcio Marques, Didie Moraes, Frederico Pessoa, Domingos Fernandes, Iuri Xavier; Publicidade: José Marcio Marques	7.000

Fonte: Maia (2016) e *O Mícron*, de maio de 1964 a maio/junho de 1967.

Tais dados evidenciam que sujeitos distintos se revezaram na elaboração do periódico estudantil, o que em parte nos permite explicar nítidas – e, às vezes, repentinas – alterações no foco da publicação, nas temáticas abordadas e nas discussões ali abordadas. Nesse quesito, Bastos (2016) defende que periódicos como *O Mícron* podem constituir um bom observatório para as ideologias¹ que neles estão representadas ao possibilitar a análise de discursos e a repercussão de temas debati-

¹ Utilizamos a noção de ideologia a partir de sua definição discursiva. De acordo com Orlandi (2007), a ideologia é uma condição para a constituição do sujeito e dos sentidos que realiza um trabalho que coloca o sujeito em uma relação imaginária com suas condições materiais de existência.

dos dentro e fora do universo escolar. Em sintonia com esse entendimento, Orlandi (2007) destaca a linguagem como um trabalho simbólico que faz parte de um trabalho social mais amplo de constituição dos sujeitos e de suas histórias, permitindo aos indivíduos significar e simultaneamente serem significados. O discurso torna-se, então, uma possibilidade de mediação entre os sujeitos sociais e suas realidades, sendo capaz de operar permanências, deslocamentos e transformações na produção da existência humana.

Já Fernandes (2010) atenta para a produção de discursos, a veiculação de saberes e a circulação de modelos e práticas que rondam tais impressos. Essa percepção nos ajuda a pensar sobre a crescente tiragem do jornal, que pode conotar uma ambição de que os discursos, conhecimentos, modelos e práticas emanados alcançassem um público maior, mais abrangente, ao longo da sucessão dos grupos que o editoraram.

As edições número 44 e 45, contando com a mesma equipe responsável, apresentaram formatos e conteúdos semelhantes. A epígrafe de ambas era sintomática das ideias pedagógicas tecnicistas que começavam a circular em nosso país no final da década de 1950 e foi intensificada a partir do golpe civil-militar que imergiu o Brasil em tempos de autoritarismo (LIRA, 2010): “A formação de técnicos é um empreendimento com as proporções de uma campanha de libertação nacional” (AETI, ETF-CSF 1964a, p. 1; AETI, ETF-CSF 1964b, p. 1). Contando com muitas matérias de cunho científico, que enalteciam os saberes técnicos ligados à Física e à Engenharia, e de cunho religioso, que trabalhavam valores cristãos, tais números também apresentavam reportagens destinadas a fomentar o civismo na escola.

Seções reservadas para poesia, humorismo (quase sempre fazendo piadas sarcásticas com o gênero feminino), provérbios e curiosidades também estavam presentes. Os professores Eugênio Trombini Pellerano e Dauny Fristch (que mais tarde se consagraria como autora de livros espíritas) assinaram muitos dos artigos presentes nessas edições: Pellerano sobre Física e Fristch com mensagens espiritualistas. Antônio Salles, professor do Instituto de Educação, na edição de número 45, participou de modo especial escrevendo uma mensagem sobre a importância de se crer nos poderes sobrenaturais e nas relações holísticas do universo.

Ressaltamos que pelo menos a edição 44 do periódico foi liberada antes da promulgação da Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy

de Lacerda (BRASIL, 1964)², que permitiu o início de uma violenta repressão contra o movimento estudantil, cerceando a atividade política da juventude, colocando organizações estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE) na ilegalidade e controlando as que foram autorizadas, proibindo debates políticos no interior delas (LIRA, 2010). Diante desse quadro, cabe assinalar que o político e o simbólico se confrontaram nos discursos do jornal quando interpelados pela historicidade, de modo que a transparência da linguagem aparentemente imparcial e neutra dos números comentados acima precisa ser interrogada. Afinal, os fatos reclamam sentidos e os discursos são objetos sócio-históricos, uma vez que as ideologias se manifestam na língua. Desse modo, os discursos só fazem sentido porque os sujeitos são modulados por suas próprias ideologias. Até as palavras mais simples e cotidianas estão repletas de sentidos que significam em nós e para nós (ORLANDI, 2007).

O número 46 de *O Mícron*, apesar de ter contado com outros responsáveis e de ter trazido uma epígrafe bem diferente, que poderia ser o prenúncio de uma mudança radical na perspectiva editorial – “Só os fracos, os impotentes, quedam na resignação. Os enérgicos insurgem-se, lutam, dão à vida e vencem” (AETI, ETF-CSF 1965, p. 1) –, manteve o mesmo padrão das publicações anteriores. Mudança significativa só pôde ser observada na edição 47, quando correligionários de Carlos Alvarez Maia ingressaram no corpo editorial do periódico. Com tiragem duplicada em relação à anterior e sendo a primeira leva de volumes gratuitos desde então, já que antes cada exemplar do jornal custava Cr\$10,00, essa também seria o último número de *O Mícron* a apresentar uma epígrafe, que era igual a do número anterior. Maia nos ajuda a encontrar um motivo para o acesso de seus companheiros à organização do impresso estudantil:

A direção da escola era quem patrocinava o jornal. A escola tinha uma gráfica. O jornal era feito na escola. A gente ficava de olho grande: pô, essa escola tem um jornal, a gente tem que pegar esse jornal. O jornal era nossa meta. Ah, quem é responsável pelo jornal? Ah, é a AETI. A gente tem que pegar isso. Então no ano de 1966, em que a gente já estava mais organizado, a gente propôs à diretoria da AETI, que não era de nenhum de nós, não tinha nenhum de nós envolvido, que a gente podia ser o responsável por fazer o jornal. Aí que começou a coisa (MAIA, 2016, p. 12).

² De acordo com Fernandes (2011), a promulgação da Lei Suplicy de Lacerda foi uma tentativa de destruir a autonomia e a representatividade do movimento estudantil ao transformar suas entidades em órgãos dependentes do Ministério da Educação (MEC). Além disso, ela proibia ações, manifestações e propagandas político-ideológicas nesses espaços. Essa mudança facilitou o controle governamental e fez com que o ano de 1965 fosse marcado nacionalmente por greves de repúdio à violação do direito de autonomia estudantil e universitária, por denúncias de repressão policial-militar e por tentativas de boicotes à Lei.

A edição número 47, portanto, já contava com alunos engajados nas questões do movimento estudantil e passou a apresentar conteúdos mais críticos, voltados às questões sociais e políticas que atravessavam o Brasil. Não por acaso, foram abordadas nessa edição a necessidade de fortalecimento da Associação Municipal de Estudantes Secundaristas (AMES) e uma proposta de criação de um movimento unificado de estudantes com mentalidades tidas como não conservadoras (O MICRON, MARÇO/1966). Também de modo inédito na série de impressos que investigamos, foram feitas críticas à escola com denúncias de problemas na cantina e na biblioteca, apesar de o jornal ter sido aberto com uma carta de Celso Suckow da Fonseca, ainda diretor da instituição, saudando os calouros.

Face essa alteração notória na proposta editorial do periódico, convém repararmos que essa mudança pode ser compreendida como resultado de um complexo processo de constituição de sujeitos e de produção de sentidos que convidava o público leitor para novas práticas de leitura (ORLANDI, 2007). O jornal da AETI não almejava naquele momento, nem mesmo antes, apenas transmitir informações. O impresso servia também para pautar processos de identificação de sujeitos, de argumentação, de subjetivação e de construção de realidades. Os discursos de *O Mícron* atuavam sobre relações e sentidos, implicando em efeitos múltiplos e variados, inscritos na história e mediados pela linguagem, sobre seus leitores.

A 48ª edição de *O Mícron* (AETI, ETF-CSF 1966a) acentuou ainda mais o apelo às questões do movimento estudantil, tendo em sua capa uma reportagem especial sobre a necessidade de reestruturação da União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais (UNETI) face aos desafios enfrentados pelos alunos no país inteiro. Não obstante, também foram apresentadas denúncias diversas: as agressões de policiais contra estudantes no trote; o desaparecimento inexplicável e a morte de Leo Alves Rêgo Soares, vice-presidente do grêmio do Colégio Pedro II e diretor do impresso *Vanguarda Estudantil*; e os riscos para alunos e pedestres que precisavam atravessar a Avenida Maracanã foram algumas das suscitadas. Na parte reservada a temas culturais, foram tecidas duras críticas a artistas como Nara Leão, Elis Regina, Pery Ribeiro e Roberto Carlos, tidos como “deturpadores de classe que querem ganhar dinheiro” (O MICRON, MAIO/1966, p. 5).

Não por acaso, com o acirramento dos ânimos na cena política e institucional brasileira, o grupo que conduzia o jornal precisou repensar alguns fatores para permanecer realizando seus comentários:

A gente viu que o jornal era feito lá na gráfica [da escola]. A primeira meta da gente era pular fora: o jornal não pode ser feito na gráfica aqui, a gente tem que cuidar e fazer esse jornal fora. Quando a gente entrou, a gente viu que o jornal tinha que ficar na nossa mão. A gente que faz, decide o que vai e o que não vai. Só tinha uma alternativa, né? Tinha que ter autonomia [grifo nosso] (MAIA, 2006, p. 12).

Imbuído desse pensamento, o grupo responsável pelo *O Mícron* passou a confeccioná-lo e imprimi-lo na gráfica O Mundo, no centro da cidade do Rio de Janeiro, como forma de escapar do controle e da censura que havia dentro da gráfica da ETF-CSF. Em seu número 49, o impresso estudantil ousou mais ainda ao destacar em sua capa a representação policial ao congresso da AMES de 27 de maio de 1966. Endurecendo seus discursos contra as políticas públicas para a educação, o jornal apresentava críticas às concepções tecnocráticas, realizava convocações para conferência e debate sobre a regulamentação da profissão de técnico industrial e expunha uma entrevista em tom desgostoso com Edmar Gonçalves, então coordenador de ensino e futuro diretor-geral da escola, sobre os cursos de Engenharia de Operações. Também foi realizado um tributo a Bertold Brecht na área destinada à cultura, contando com comentários sobre a biografia do autor e com o poema *O vosso tanque, general, é um carro forte* (O MICRON, JUNHO/1966).

A edição 50 de *O Mícron* (AETI, ETF-CSF 1966b) iniciava-se com uma homenagem póstuma a Celso Suckow da Fonseca. Contudo, apesar do aparente tom de tristeza que estampava o periódico, as demais páginas reservavam fortes críticas à Coordenação de Estágios da escola com diferentes matérias atacando e ironizando a desenvoltura do professor Jair Salles, que estava à frente do setor. Além disso, uma extensa reportagem com o deputado federal Mauro Magalhães, ex-aluno da instituição, sobre o movimento estudantil trazia informações e reflexões pró-mobilizações contestatórias. Na área reservada à cultura, as letras das músicas *Disparada* de Geraldo Vandré e *A banda* de Chico Buarque receberam destaque. Tal edição do impresso nos permite reparar o caráter único do trabalho com esse tipo de fonte, pois, conforme Nóvoa (1997), ao mesmo tempo em que ela possibilita inferir ligações entre orientações e práticas, simultaneamente é atravessada por diferentes objetivos que se cruzam em suas páginas: informativos, doutrinários, ideológicos e profissionais.

“A queda do tabu” foi a principal chamada do número 51 do periódico, publicado em março de 1967. O então “tabu” era a permanência de grupos com alinhamentos políticos divergentes dos daquele que assumiu a AETI em 1967. A edição comemorava a eleição da chapa presidida por Carlos Alvarez Maia para a agremiação e, no embalo das comemo-

rações, trazia matérias ainda mais audaciosas ainda que em 28 de fevereiro de 1967, poucos dias antes da liberação do jornal, tivesse sido sancionado o Decreto nº 228³ (BRASIL, 1967), que extinguiu oficialmente todas as entidades estudantis em nível nacional e estadual, apertando o cerco às mobilizações de secundaristas e de universitários (LIRA, 2010).

O enrijecimento do autoritarismo não impediu, por exemplo, que circulasse a matéria denominada “A vez do cabeludo” (O MICRON, MARÇO/1967, p. 2) que criticava a determinação da coordenação de disciplina da escola de constranger os estudantes homens a cortarem seus cabelos e a apararem suas barbas para poderem frequentar os recintos escolares, além de solicitar satisfações à direção da instituição a respeito dessa disposição. Tal reportagem exemplifica como esse tipo de impresso pode ser visto como um produto cultural polêmico e passageiro de reação às normas estabelecidas naquele momento (AMARAL, 2002).

A propósito, encontramos no arquivo confidencial de Edmar Gonçalves mantido no Setor de Arquivos do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/RJ), o ofício-circular nº 006/1967 da AETI, liberado em 10 de março de 1967, assinado por Carlos Alvarez Maia (presidente), Nelson da Silva (vice-presidente), Iuri Xavier (secretário-geral), Naim Fares (primeiro secretário), Anibal Sauer (primeiro tesoureiro), Osvaldo Farias (segundo tesoureiro) e William Robert (coordenador geral) proibindo todos os rapazes associados à AETI de cortarem seus cabelos e fazerem suas barbas (AETI, ETF-CSF 1967e).

Ainda na edição 51 de O Mícron (AETI, ETF-CSF 1967a) constavam reportagens sobre o trote conduzido pela AETI que consistiu em um ato de protesto no centro da cidade do Rio de Janeiro e sobre o fato da banda *The Beatles* ser contra a Guerra no Vietnã. Mais uma vez desafiando a direção-geral da escola, havia relatos de que Edmar Gonçalves ameaçara estudantes que se manifestaram publicamente contra problemas na escola. Maia ressalta que

A gente discutia [política] com a matéria. No início era meio tímido, a gente mudou aos poucos. Pô, ficar com jornal pra ficar falando fofoca, essas bobagens? Se pegar o jornal de 1966 e o jornal do nosso ano, um jornal independente, feito numa gráfica com uma maior tiragem, 4000 exemplares, e distribuído de graça... (MAIA, 2016, p. 13).

³ Também conhecido como Decreto Aragão, essa disposição reduziu ainda mais a possibilidade de representação estudantil ao extinguir as entidades estudantis em nível nacional e estadual. Para Fernandes (2011), tal decreto pode ser visto como um reflexo do recrudescimento das ações autoritárias do governo o contra os estudantes e explicaria, em parte, os confrontos se sucederam em 1968.

A edição 52 (AETI, ETF-CSF 1967b) reservava a notícia de que a pressão dos estudantes sobre a Coordenação de Estágios havia resolvido os problemas outrora relatados no próprio impresso. Na capa, uma proposta de criação da “Fraternidade AETI” para que estudantes pudessem unir forças para se ajudarem mutuamente e para reivindicarem seus quereres de forma mais intensa. Uma minuciosa prestação de contas da AETI entre 1º de dezembro de 1966 e 30 de março de 1967 foi apresentada no jornal, bem como um artigo de Luciano Brandão Guimarães do Colégio Pedro II sobre a função do estudante brasileiro na sociedade, no intuito de reforçar o diálogo entre os discentes das instituições e incentivar a participação de estudantes na agenda política brasileira.

Sem censura: resistência e subversão em *O Mícron*

O número 53 de *O Mícron* (AETI, ETF-CSF 1967c) foi uma edição especial. Contando com 12 páginas no total, enquanto os impressos prévios continham sempre oito, a capa já dava indícios do motivo da distinção com os dizeres “Vitória Total”. Dirigido por Frederico Pessoa da Silva, preso no Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo em 1975 junto com Vladimir Herzog e mais 105 pessoas após ser condenado a dois anos de prisão por pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL 2016, p. 8), o jornal narrava em tons homéricos a realização de uma assembleia geral extraordinária de estudantes no dia 15 de junho de 1967 mesmo com o expresso boicote da direção da instituição, que suspendeu as aulas nesse dia.

O imbróglio começara no sábado anterior, 10 de junho, quando uma partida de futebol pelo campeonato da AETI fora impedida de acontecer no ginásio da escola pelo coordenador de disciplina, professor Calazans. O servidor teria dito que o jogo não ocorreria por não ser de seu agrado e se negado a discutir a questão com os líderes da AETI em público, o que gerou ampla consternação e motivou a realização de uma assembleia relâmpago *in situ*. Tal mobilização não teria sido reconhecida pelo diretor-geral da instituição que sucedeu Celso Suckow da Fonseca após sua morte: Edmar Gonçalves. Mesmo tendo testemunhado o imbróglio, o mesmo não autorizou a realização do evento. Apesar disso, a AETI reconheceu a legitimidade da assembleia e convocou outra para a quinta-feira seguinte a fim de tratar de problemas recorrentes para os estudantes. O impresso apresenta uma série de resoluções

decididas nessa assembleia e que seriam encaminhadas à direção da escola para que fossem tomadas providências.

Amaral (2002), ao argumentar que os impressos estudantis permitem que perscrutemos os alunos como atores escolares que inscrevem e registram suas manifestações, defende que tais materiais possibilitam a investigação de acontecimentos contemporâneos às reivindicações e uma aproximação com discursos proferidos à época ligados à sociedade e às instituições. Por isso, cabe notar que apuramos que Carlos Alvarez Maia no dia 14 de agosto de 1967 escreveu o ofício nº 394/1967, na condição de presidente da AETI, ao diretor-geral e ao conselho de representantes da ETF-CSF reivindicando soluções para questões que o corpo estudantil da instituição havia encarado como problemáticas naquela que foi a segunda assembleia geral de alunos realizada em 1967 e narrada na edição especial de *O Mícron* (AETI, ETF-CSF 1967d). Tal documento nos ajuda a problematizar a percepção de que havia grande liberdade nas práticas e experiências discentes e nos limites das ações que poderiam ser praticadas pelos estudantes na instituição.

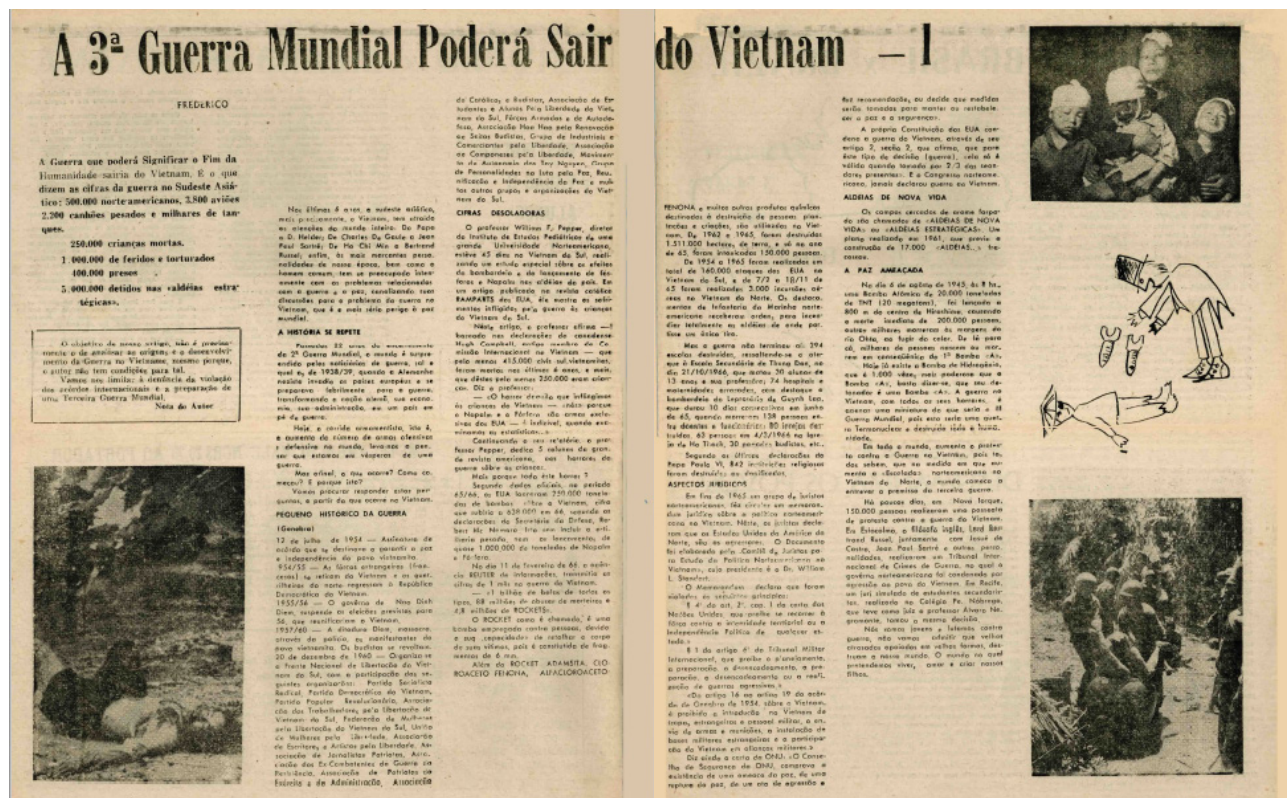
Cabe ressaltar que, nesse documento localizado no arquivo confidencial do então diretor da escola, o período em que Celso Suckow da Fonseca esteve à frente da instituição foi citado duas vezes pela agremiação como parâmetro positivo que deveria balizar as práticas da direção da escola em relação ao trato com os estudantes. Sendo assim, ganha certa força a tese de Ciavatta e Silveira (2010) quando argumentam que Celso Suckow preocupou-se em eliminar uma disciplina pautada na observância de normas e regulamentos na qual os inspetores agiriam como policiais.

Focalizando o ofício nº 394/1967 da AETI, vemos que a primeira solicitação versava sobre a “humanização do método disciplinar” e requeria de forma contundente um “tratamento aos alunos com maior urbanidade por parte dos responsáveis pela disciplina” (AETI, ETF-CSF 1967d, p. 1). Inclusas nesse amplo pedido estavam outras requisições: o uso facultativo de jaleco nos espaços da escola que não fossem para aulas práticas, autorização para o livre acesso e permanência de visitantes na sede da agremiação e a liberação para que fosse permitido fumar em sala de aula.

A segunda solicitação pedia a “racionalização das normas didáticas” para que deixasse de ser obrigatória a realização de uma prova final ao término do ano letivo para todos os discentes, norma que não existia até o ano anterior e que teria levado “os alunos ao sobre-humano esforço de transformar o curso técnico em vestibular

anual” (p. 2). Ao final do ofício, havia outras considerações, dentre as quais destacamos um voto de repúdio ao fechamento do Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como Calabuço, e uma manifestação de solidariedade aos que faziam uso dele, bem como um pronunciamento de apoio à luta pela diminuição do preço das passagens dos transportes coletivos e o desejo de ajudar a formar uma Associação Profissional de Técnicos de Grau Médio.

Não bastasse os relatos das confusões e assembleias na escola, a edição 53 do periódico estudantil também trazia uma reportagem de duas páginas sobre a violência na Guerra do Vietnã com fotografias de pessoas mortas e mutiladas (Figura 1).



Fonte: O Mícron, maio/junho de 1967, pp. 6 e 7.

Figura 1 – Reportagem publicada sobre a Guerra do Vietnã que resultou em processo contra Carlos Alvarez Maia na Polícia Federal.

Somando-se ao texto e às imagens, havia a letra de uma música de protesto contra o conflito em outra página da mesma edição. Maia (2016) nos conta como isso foi possível:

O Partidão nos encaminhava pra alguém do Partidão no Jornal do Brasil. Então a gente fez uma reportagem que deu problema, sobre a guerra do

Vietnã. Porque a gente tinha algumas fotos. Que fotos? De onde a gente tirou essas fotos? Da rede do Partidão. A gente pegou com alguém que era do Partidão do Jornal do Brasil que tinha as fotos e o Jornal do Brasil censurava e não publicava. Uma pancada de fotos... E a gente escolheu algumas das mais contundentes. Então, o jornal [O Mícron] publicou essas matérias, que eram sobre o Vietnã e tinham essas fotografias, aí eu fui chamado à Polícia Federal (MAIA, 2016, p. 8).

Curiosamente, Di Kaos assinou uma matéria na mesma edição sobre a censura do filme *Opinião Pública* de Arnaldo Jabor. Ainda nesse número especial, os leitores se depararam com um texto de José Duarte Alecrim, estudante de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) intitulado “Amazônia: Brasil x Brazil” sobre os interesses dos norte-americanos nos recursos da maior floresta tropical do mundo, além de uma reportagem de Didiê Moraes criticando os acordos MEC/ *United States Agency for International Development* (– USAID)⁴.

Amaral (2002) observa que impressos considerados subversivos ou detentores de um caráter “não oficial” carregam, além de denúncias explícitas, críticas irreverentes como sátiras e caricaturas da sociedade, da escola e dos sujeitos escolares. Assim, destacamos que também localizamos ilustrações em *O Mícron* carregadas de representações que nos auxiliam a pensar sobre o que os redatores e diretores do periódico almejavam e as respectivas mensagens que queriam transmitir para o público leitor. Ao vê-las é importante atentarmos para os discursos sociais por trás das estratégias editoriais do impresso que visavam também construir uma memória sobre as versões dos fatos relatados pautada nos antagonismos e filiações ideológicas (BASTOS, 2016).

Percebemos que, inseridas no corpo do impresso, essas representações também participavam da composição de discursos que visavam estabelecer práticas (CATANI, BASTOS, 1997). De acordo com Orlandi (2007), elas permitiriam que os leitores do jornal pudessem se remeter a memórias e a circunstâncias que não estavam presentes apenas nas caricaturas e nas tirinhas, mas envolviam relações com fatores externos. Tais ilustrações não eram apenas mensagens a serem decodificadas, mas se constituíam enquanto produtoras de efeitos de sentidos relacionados ao

⁴ Segundo Cunha (2014), a *United States Agency for International Development* (USAID) foi uma agência norte-americana alinhada ideologicamente com o governo ditatorial brasileiro que fomentou através de incentivos financeiros e de assistência técnica mudanças na estrutura educacional do Brasil ao promover uma noção de educação intensamente voltada para o trabalho e para a profissionalização do ensino. Lira (2010) afirma que, em linhas gerais, os acordos MEC-USAID orientavam a “americanização” do ensino e suscitaram protestos de docentes e discentes, marcando o debate educacional dos anos 1960.

que estava posto no impresso e também em outros lugares, uma vez que a memória, situada nos contextos sócio-histórico e ideológico, faz parte da produção dos discursos ao permitir que experiências passadas possam ser presentificadas. Portanto, as ilustrações dialogavam com os sentidos que estavam evidentes nelas, mas também com os sentidos do não dito e do que poderia ter sido dito e não foi. As figuras significavam pela história e pela linguagem. Aliás, cabe observar que a incompletude é uma condição da linguagem. Assim, sujeitos, sentidos e discursos estão sempre se (re)fazendo em um movimento ideologicamente assinalado de trabalho contínuo do simbólico, do político e da história, que põe em conflito o já produzido com o que vai ser instituído (ORLANDI, 2007).

Sustentar financeiramente um jornal como *O Mícron*, ainda por cima clandestinamente, não era fácil. Maia explicou como fizeram para mantê-lo circulando:

[...] a gente correu atrás de publicidade pra poder bancar o jornal, e aí valeu tudo: desde bater em porta em porta falar do jornal estudantil e ver quem bancava uma matéria até gente ligada ao Partidão. Quem é que dentro do Partidão pode conhecer algum empresário que tope bancar um anúncio? E aí tinha de tudo ali, posso te dizer anúncios de gente que saía atrás batendo na porta mesmo. Lembro que esse rapaz responsável pela propaganda era furão, entrava em qualquer lugar. No jornal tinha a equipe que tratava da propaganda, eram os meninos não muito envolvidos politicamente, mas estavam integrados por laços de afeto, simpatia. Estavam integrados, era uma equipe. Eram quase umas 20 pessoas. Dentro desse grupo, só uns cinco eram do Partidão [grifo nosso] (MAIA, 2016, p. 12).

Impressos estudantis naquele momento também eram artifícios de comunicação social (AMARAL, 2002). Assim, refletir sobre o alcance do jornal da agremiação e as justificativas para uma tiragem de milhares de exemplares é essencial. Maia, nesse sentido, conta que *O Mícron*

[...] circulava! Porque era desejado! A gente dava um bolo pro Pedro II, um outro bolo pro Instituto de Educação... Eles ficavam com uma inveja louca! Como que a gente podia fazer um jornal?! Não, não tinha como censurar! Ninguém nem sabia! Quando a gente trazia os 4000 exemplares, já distribuía. Ninguém sabia, não tinha censura não (MAIA, 2016, p. 14).

Tal fala demonstra como impressos estudantis tornam-se produtos materializados sobre sujeitos, suas práticas e bens culturais capazes de circular por espaços imprevisíveis. Além disso, ao inserir cada edição de *O Mícron* em seu respectivo escopo histórico, conseguimos compreender o quanto tal impresso não era neutro ou imparcial, mas carregava consigo diferentes representações ideológicas que conferiam identidades a determinados grupos sociais (AMARAL, 2002).

Crise e declínio: *O Mícron* é descontinuado pela AETI

A decadência desse impresso estudantil – que na visão de Amaral (2002) pode ser visto como um espaço para contradições, vozes silenciadas e lacunas sustentadas por diferentes interesses que o legitimaram – teria chegado quando:

[...] já não tinha equipe pra montar um jornal. Fazer um jornal pra distribuição com 10, 12 páginas é complicado. E a gente no fim de 1967 foi desmobilizado. O Partidão [Partido Comunista Brasileiro] deixou de existir ali dentro, as pessoas eram da ALN, foram pra luta armada. Em 1968, eu fiquei totalmente isolado. Então o grupo escafedeu-se, virou fumaça (MAIA, 2016, p. 13).

Contudo, um documento anônimo, sem título e avulso encontrado no arquivo do diretor-geral da escola dá indícios de que o término de *O Mícron* pode ter sido um projeto da própria gestão da AETI que sucedeu o grupo de Carlos Alvarez Maia e que contou com a anuência da direção da escola. Possivelmente produzido em 1968, momento em que a gestão de Maia havia terminado, esse material afirmava que “pregadores do marxismo-leninismo” tentaram se aproveitar de um “órgão de informação estudantil para realizar suas doutrinações bolchevistas” (ETF/AETI, s/d, p. 1). Segundo Orlandi (2007), o lugar a partir do qual cada sujeito fala é constitutivo do que ele diz.

Aparentemente, a nova gestão da agremiação informava que agiria para “fazer uma barragem ao caudaloso rio do esquerdismo que ameaçava inundar” (p. 2) a AETI e a ETF-CSF e, assim, a circulação do *O Mícron* estava sendo proibida a fim de impedir que os planos da nova direção da entidade fossem “boicotados e sabotados pelos nocivos e desprezíveis pregadores e seguidores da lei ditada pela foice e martelo” (p. 2). Diante desses dizeres, convém ressaltar, como observa Orlandi (2007), que a força das imagens evocadas por tais palavras expressavam o modo como as relações sociais e de poder encontravam-se inscritas naquele cenário histórico. Os sentidos estavam aquém e além das palavras escolhidas para comporem aquele texto contrário à gestão 1966 da AETI.

O mesmo documento, rubricado pelo professor Calazans, responsável naquele momento pelo setor disciplinar da escola, e datado à caneta como de 10 de abril sem ano especificado, mas possivelmente 1968, prosseguia com insultos à antiga direção da AETI ao justificar o embargo do *O Mícron* dizendo que o jornal estava indigno de ser lido por quem era esclarecido e amante da liberdade. Ao fim, havia a promessa de que o periódico seria reformulado para voltar a tratar apenas de assuntos estritamente estudantis ou vinculados com questões técnicas.

Sobre tal posicionamento, cabe recordar que, por mais que a nova diretoria da agremiação quisesse se mostrar neutra e imparcial, seu próprio discurso já indicava como a linguagem e a ideologia se afetam reciprocamente, denunciando traços ideológicos de um grupo que, por sua vez, realizava um jogo simbólico pautado em um trabalho de memória e de esquecimento (ORLANDI, 2007). Aliás, com Cunha e Góes (2002), podemos notar que a gestão que assumiu a AETI reproduzia a propaganda ideológica do governo autoritário e privatista que associava a imagem dos defensores do que era público a um regime “socialista” no qual o Estado teria o controle de toda a vida social e que era abominada por grande parte das populações civis e militares.

A postura dos sucessores da gestão que fez *O Mícron* alcançar diferentes públicos e tratar de temáticas até então inimagináveis para um jornal estudantil em pleno regime ditatorial evidencia o quanto tal imprenso, como linguagem de poder, pôde se tornar um lugar de afirmação de determinado grupo e como o mesmo estava sujeito a permanente regulação coletiva (NÓVOA, 1997). Assim, ao instrumentalizarmos memórias de um ex-aluno da escola e manejarmos o impresso até então produzido pela entidade que o representava, pudemos verificar o quanto as pressões sociopolíticas autoritárias convidavam furtivamente estudantes para o exercício de valores caros ao autoritarismo que dominou o país por duas décadas.

O movimento de resistência estudantil ocorrido no interior da ETF-CSF entre 1967 e 1968, retratado nas páginas de *O Mícron* e representando pelas memórias de Maia (2016) foi enfim asfixiado com a neutralização dos interesses e da articulação estudantil para questões políticas, deixando os discentes aparentemente mais preocupados com sua formação para a “ciência da indústria” do que com questões político-ideológicas.

Referências

AGREMIÇÃO ESTUDANTIL TÉCNICA INDUSTRIAL – AETI; ESCOLA TÉCNICA FEDERAL CELSO SUCKOW DA FONSECA – ETF-CSF. *O Mícron*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 44, maio 1964a.

AGREMIÇÃO ESTUDANTIL TÉCNICA INDUSTRIAL – AETI; ESCOLA TÉCNICA FEDERAL CELSO SUCKOW DA FONSECA – ETF-CSF. *O Mícron*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 45, nov. 1964b.

AGREMIÇÃO ESTUDANTIL TÉCNICA INDUSTRIAL – AETI; ESCOLA TÉCNICA FEDERAL CELSO SUCKOW DA FONSECA – ETF-CSF. *O Mícron*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 46, set./out. 1965.

AGREMIÇÃO ESTUDANTIL TÉCNICA INDUSTRIAL – AETI; ESCOLA TÉCNICA FEDERAL CELSO SUCKOW DA FONSECA – ETF-CSF. *O Mícron*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 47, mar. 1966a.

AGREMIÇÃO ESTUDANTIL TÉCNICA INDUSTRIAL – AETI; ESCOLA TÉCNICA FEDERAL CELSO SUCKOW DA FONSECA – ETF-CSF. *O Mícron*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 48, maio 1966b.

AGREMIÇÃO ESTUDANTIL TÉCNICA INDUSTRIAL – AETI; ESCOLA TÉCNICA FEDERAL CELSO SUCKOW DA FONSECA – ETF-CSF. *O Mícron*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 49, jun. 1966c.

AGREMIÇÃO ESTUDANTIL TÉCNICA INDUSTRIAL – AETI; ESCOLA TÉCNICA FEDERAL CELSO SUCKOW DA FONSECA – ETF-CSF. *O Mícron*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 50, out. 1966d.

AGREMIÇÃO ESTUDANTIL TÉCNICA INDUSTRIAL – AETI; ESCOLA TÉCNICA FEDERAL CELSO SUCKOW DA FONSECA – ETF-CSF. *O Mícron*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 51, mar. 1967a.

AGREMIÇÃO ESTUDANTIL TÉCNICA INDUSTRIAL – AETI; ESCOLA TÉCNICA FEDERAL CELSO SUCKOW DA FONSECA – ETF-CSF. *O Mícron*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 52, abr. 1967b.

AGREMIÇÃO ESTUDANTIL TÉCNICA INDUSTRIAL – AETI; ESCOLA TÉCNICA FEDERAL CELSO SUCKOW DA FONSECA – ETF-CSF. *O Mícron*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 53, maio/jun. 1967c.

AGREMIÇÃO ESTUDANTIL TÉCNICA INDUSTRIAL – AETI; ESCOLA TÉCNICA FEDERAL CELSO SUCKOW DA FONSECA – ETF-CSF. *Depoimento*: explicava o porquê da interrupção na publicação de *O Mícron*. Rio de Janeiro, RJ, [s. d.].

AGREMIÇÃO ESTUDANTIL TÉCNICA INDUSTRIAL – AETI; ESCOLA TÉCNICA FEDERAL CELSO SUCKOW DA FONSECA – ETF-CSF. *Ofício* Nº 394/1967, 14 de agosto de 1967. Solicitava providências à direção geral da escola. Rio de Janeiro, RJ, 1967d.

AGREMIÇÃO ESTUDANTIL TÉCNICA INDUSTRIAL – AETI; ESCOLA TÉCNICA FEDERAL CELSO SUCKOW DA FONSECA – ETF-CSF. *Ofício-circular N° 6, de 10 de março de 1967*. Proibia os associados à AETI de cortarem seus cabelos e fazerem suas barbas. Rio de Janeiro, RJ, 1967e.

AMARAL, G. L. Os impressos estudantis em investigações da cultura escolar nas pesquisas histórico-institucionais. *Revista História da Educação*, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 117-30, jan./jun. 2002.

BASTOS, M. H. C. La prensa de educación y enseñanza: observatorio de la formación de docentes y alumnos (Brasil, 1950-1980). *Archivos de Ciencias de la Educación*, v. 10, n. 10, p. 3-15, 2016.

BRASIL. Lei N° 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 11 nov. 1964.

BRASIL. Decreto lei N° 228, de 28 de fevereiro de 1967. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 28 fev. 1967.

CARDOSO, T. F. L. Uma escola normal, uma “escola de trabalho”. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 8, n. 15, p. 56-70, 2013. <https://doi.org/10.20500/rce.v8i15.1686>

CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo, SP: Escrituras, 1997. CIAVATTA, M.; SILVEIRA, Z. S. *Celso Suckow da Fonseca*. Recife, PE: MEC-Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

CUNHA, L. A. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n. 154, p. 912-33, out./dez. 2014. <https://doi.org/10.1590/198053142913>

CUNHA, L. A.; GÓES, M. *O golpe na educação*. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2002.

FÁVERO, M. L. A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009

FERNANDES, A. L. C. Imprensa educacional e história da educação: discursos, saberes, modelos e práticas. In: MENDONÇA, A. W. P. (Org.). *História e educação: dialogando com as fontes*. Rio de Janeiro, RJ: Forma & Ação, 2010. p. 101-16.

FERNANDES, A. L. C. Movimento estudantil no Rio de Janeiro nos anos 60: educação, política e cultura na faculdade nacional de filosofia. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, v. 1, s. 4, p. 61-75, 2011.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Jornal do Brasil pesquisado nos períodos 1960-1969 / 1970-1979*. Rio de Janeiro, RJ: Acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, 2016. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso no dia 31 de maio de 2016.

LIRA, A. T. N. *A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964 – 1985): um espaço de disputas*. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010.

MAIA, C. A. *Entrevista concedida ao autor em 25 de maio de 2016*. Rio de Janeiro, RJ, 2016.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo, SP: Escrituras, 1997. p. 11-31.

ORLANDI, E. L. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

Submissão em: 29-09-2018

Aceito em: 11-11-2018